

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº. 2/2009

-----ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E NOVE. -----

Aos trinta dias do mês de Abril do ano dois mil e nove, pelas vinte e uma horas reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, convocada nos termos do artigo 49.º, n.º 1, e do artigo 54.º, n.º 1, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme anúncio público afixado por Edital, de 23 de Abril de 2009, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto Um – Informação escrita a apresentar pelo senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----Ponto Dois – Pedido de autorização para alienação do capital Social do “CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, S.A. E.M.; -----

-----Ponto Três – Pedido de autorização para subscrição do Capital Social do “CDN – Gestão e Promoção Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, S.A.E.M.; -----

-----Ponto Quatro – Pedido de autorização para alteração do Contrato Programa celebrado com a Empresa Municipal “CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, S.A.E.M.; -----

-----Ponto Cinco – Pedido de autorização para integração na Agência Regional de Energia e aprovação dos respectivos estatutos; -----

-----Ponto Seis – Pedido de autorização de contracção de empréstimos, destinado ao financiamento dos seguintes investimento: a) Centro de Ciência

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Viva; b) Centro Escolar de Vila Nova da Barquinha; c) Pré-Primária de Moita do Norte; d) Ex-Estrada Nacional 3; e) Arrelvamento de Campo de Futebol da Atalaia; f) Mercado das Artes; -----

---Ponto Sete – Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2008; -----

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

----Rui Monteiro Picciochi; -----

----Ana Rita Lopes Inácio; -----

----Adriano Milho Cordeiro; -----

----José Maria Chambel Esteves; -----

----Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

----Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----

----Paulo Alexandre Mateus Passos; -----

----Carlos Miguel Timóteo Pires; -----

----António de Jesus Ferreira; -----

----Maria Paula Albuquerque Valente; -----

----Valter Augusto Peres Caldeira; -----

----João Manuel Alves Gralha; -----

----João Filipe da Silva Ricardo; -----

----Cleide Maria Cachado Nuncio Santos; -----

----Aníbal Júlio Rodrigues; -----

----Júlio do Rosário da Graça Barata; -----

----Fernando Marques Aparício; -----

----Manuel Pequito Cardoso. -----

Não comparecendo o Senhor Deputado Municipal Inocência Rodrigues Cruz e Vítor Dias da Silva não tendo apresentado a respectiva justificação da falta; ---

Nos termos do artigo 48.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara Dr. Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro, os Senhores Vereadores Manuel Maria Ferreira Honório e Rui Constantino Martins. Tendo assistido, ainda, os Senhores Vereadores em regime de não permanência: Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Paulo Alexandre da Cunha Tavares. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, apresentando as boas vindas ao executivo camarário. -----

----- De seguida tomou posse o Deputado Municipal António de Jesus Ferreira substituindo o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira que suspendeu ao cargo por um período de 18 dias tendo sido convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista. De igual modo tomou posse o Deputado Adriano Milho Cordeiro substituindo o Senhor Deputado Emmanuel Amaral que solicitou substituição na sessão da Assembleia Municipal. -----

De seguida questionou os senhores deputados se pretendiam realizar algumas observações à lista de expediente. – (vide anexo 1) -----

----- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à apreciação a acta número 1, da reunião de 27 de Fevereiro de 2009, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

Para intervir sobre a acta inscreveu-se o seguinte Deputado: -----

= O Senhor Deputado **Valter Caldeira** tomou da palavra para referir que justificou a sua falta na Sessão da Assembleia de 27 de Fevereiro de 2009 ao contrário do que consta na acta. -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que os anexos não se encontram junto à acta, assim como não estão na Internet; -----

Após a intervenção por parte dos Senhores Deputados, foi submetida a votação o projecto da acta nº1/2009 da reunião realizada a 27 de Fevereiro de 2009, sobre o qual foram propostas rectificações, as quais constam nos parágrafos anteriores. Posta à aprovação foi aprovado por maioria, com 3 abstenções dos Senhores Deputados António de Jesus Ferreira, Ana Rita Lopes Inácio e Maria Paula Valente. -----

O Sr. Presidente colocou à votação a Ordem de Trabalhos, que foi aprovada por unanimidade. -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** mencionou que falta na ordem de trabalhos a proposta da CDU apresentada na última sessão da Assembleia quanto às soluções a tomar pela Câmara referente à crise, mas que devido ao facto da Ordem de Trabalhos ser extensa que não se vai manifestar. -----

----- PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Após as inscrições para intervenção no período antes da Ordem do Dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos deputados da Assembleia Municipal: -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** tomou da palavra para desejar votos de melhoras e rápida recuperação ao Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. -----

De seguida referiu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara em anterior Assembleia em que mencionou que a intervenção do Senhor Deputado já cheirava a eleições e que de facto quem lê a última edição do Barquinha Viva o pode comprovar. Mencionou o facto de serem enunciados um conjunto de obras para as quais ainda vai ser discutido o seu financiamento na sessão. Relativamente à empresa Espaço Mecânico referiu que esta não vai criar 20 postos trabalhos pois ao ser transferida para o Centro de Negócios vai trazer os funcionários já nela existente. Mencionou que um outro caso eleitoralista é a colocação de um recinto desportivo numa zona densamente povoada, na Atalaia e deixando o recinto das Limeiras sem manutenção onde não é possível a prática desportiva só porque a população é escassa; -----

- Questionou qual o ponto da situação do Galaxy Park; -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** leu uma intervenção sobre o 25 de Abril; – **(vide anexo2)** -----

= O Senhor Deputado **Fernando Marques Aparício** desejou as rápidas melhoras ao Senhor Deputado Eduardo de Oliveira e colocou as seguintes questões: -----

- Para quando o inicio dos trabalhos dos arranjos das Estradas nomeadamente no Cardal; -----

- Se com a reestruturação dos membros da GNR haverá um reforço de segurança na Moita do Norte; -----

- Se as obras provisórias junto à Ponte da Pedra se tornam definitivas, visto que as acessibilidades, para quem faz o trajecto a pé, não são as mais adequadas; -----

- **Foi atribuída a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta:** -----

- Relativamente ao Boletim Municipal informou que não é uma publicação nova, todos os anos são publicados 3 a 4 números e que sente que há um nervosismo da CDU com a publicação de novas obras que foram aprovadas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pela Assembleia Municipal em Dezembro e que é dever do Município dar a conhecer com o maior pormenor a actividade Municipal; -----

- Em relação aos Parques Desportivos, mencionou que não percebeu a posição da CDU. Questionou se a prioridade da sua construção dever ser em lugares com fraca densidade populacional ou em urbanizações com maior densidade populacional onde vivem largas centenas de pessoas; -----

- Mencionou que já cheira a eleições face à demagogia da posição que quer fazer crer que o Galaxy Park não se realiza por motivo imputável à Câmara Municipal. Referiu que, outrora, foi acusado na Assembleia Municipal de falar pouco no assunto, de ser um projecto secreto. Salientou que a Câmara Municipal tenta dar o maior e o melhor acolhimento a todos os investimentos e promotores privados. E que não é a Câmara que decide se a obra começa ou não, mas que o terreno ainda é propriedade da Câmara Municipal. Salientou que o Galaxy Park é um investimento privado e não da Câmara Municipal. ----

- Quanto aos arranjos das Estradas, nomeadamente no Cardal, referiu que a adjudicação foi feita e que corre o procedimento para que durante a 2ª quinzena do mês de Maio possa haver a consignação da 1ª Fase. Referiu que está em lançamento o concurso da 2ª fase com os arruamentos mencionados na informação escrita; -----

- Relativamente à GNR referiu que houve uma evolução positiva com um aumento de efectivos de 5 elementos, bastante positivo em virtude de ser possível assegurar duas patrulhas no exterior. Por outro lado, referiu que existe um problema a nível da mobilidade e dos meios; -----

- Quanto à rotunda da Ponte da Pedra, referiu que é uma obra no concelho do Entroncamento, que não sabe se é provisório ou definitivo e que realmente é um desagrado para quem tem de transitar a pé; -----

--- De seguida foi dada novamente a palavra aos Senhores Deputados que realizaram as seguintes intervenções: -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** tomou a palavra para referir que nota a diferença no Boletim Municipal porque costuma ser escrito no passado e que é normal estar à lareira a ver as fotos das Festas do Concelho e que este Boletim já podia anunciar o Programa das Festas; -----

Quanto ao recinto desportivo referiu que não é demagogia e que deveria haver uma carta desportiva onde se expressassem as prioridades dos equipamentos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

numa determinada localidade segundo critérios racionais para a distribuição dos equipamentos e com base na densidade populacional. Salientou que as Limeiras estão mais afastadas de todos os equipamentos desportivos do que a população da Atalaia, que tem um pavilhão desportivo, e que o parque tem mais equipamentos. Sugeriu que ao Senhor Presidente que visite as Limeiras para ver o estado em que se encontra o campo de jogos; -----

- Relativamente ao Galaxy Park sabemos que está suspenso; -----

--- Nesta altura, o Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, que foi aprovada por unanimidade. Para intervir inscreveu-se o Senhor José Arrabaça. -----

= O Senhor Município **José Arrabaça** solicitou intervenção da Câmara Municipal junto da EDP para a resolução da falta de luz na Freguesia de Moita do Norte, visto que no Inverno ocorreu a falta de luz durante horas seguidas; -

--- De seguida foi dada a palavra ao Senhor Presidente que esclareceu o Senhor Município do seguinte: -----

- Referiu que, no último trimestre de 2008, ocorreram um conjunto de anomalias que deixaram a Câmara Municipal preocupada face ao longo período em que se verificaram. Informou que foram realizadas duas reuniões entre a Câmara Municipal, os autarcas e o director regional da EDP onde se fez sentir o desagrado com esta situação. Referiu que a Moita do Norte esteve sem luz um dia desde as 18 horas até à 1 da madrugada, tendo sido manifestado o desagrado pelo Presidente da Junta, assim como aconteceu na freguesia da Atalaia, que teve a ver com problemas nos PT's. Mencionou que a EDP informou que a situação tinha sido revista e que estavam a proceder à manutenção de outros PT's que tinham as mesmas características. Referiu que o concelho é abastecido por duas áreas distintas de abastecimento para o caso de uma delas falhar; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** tomou da palavra para referir que, sendo morador na zona, os picos eléctricos ocorridos provocaram danos nalguns dos seus equipamentos. Mencionou que, tendo realizado reclamação junto da EDP, a mesma se exclui de qualquer responsabilidade, referindo que teria sido importante que todos reclamassem dessas ocorrências. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= O Senhor Município **José Arrabaça** informou que ligou diversas vezes para a EDP e que a informação dada era sempre a mesma, perguntavam sempre onde era a avaria, daí ter solicitado apoio à Câmara Municipal. -----

--= O Senhor **Presidente da Assembleia** tomou da palavra para referir que eventualmente o problema consiste no atendimento por um Call Center e não pelos serviços directos da EDP; -----

----- **Ponto Um – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----**

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar a informação da actividade municipal ao abrigo da alínea e) do nº1, artigo 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **(vide anexo 3)** -----

Após as inscrições, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Deputados da Assembleia Municipal: -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** solicitou esclarecimentos sobre que acto público o senhor Presidente refere na Página 6 da informação escrita e como está a correr o processo da Muzealização do Castelo de Almourol que decorre do protocolo assinado no dia 06 de Junho de 2008 e se não há a possibilidade de concurso através do Parque Almourol e do IGESPAR para a recuperação e Muzealização do Castelo de Almourol; -----

--- **Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta: -----**

- Relativamente ao acto público informou que se refere à abertura das propostas relativamente a uma empreitada distinta do Centro Escolar e do Centro de Ciência Viva, ou seja, refere-se a um arruamento que faz a continuação da Rua D. Maria II, paralela a EN3, que corta para sul, aproveitando os terrenos para uma pequena urbanização; -----

- Quanto à Musealização do Castelo de Almourol referiu que a primeira prioridade da Câmara é a empreitada cujo concurso foi lançado, designada por Beneficiação das Muralhas e seus interiores, e que, quando houver garantia de financiamento, será realizada. Referiu que, apesar do sucesso da aprovação do concurso regional da parceria para a Reabilitação Urbana, no qual Vila Nova da Barquinha foi dos primeiros concelhos a ter projectos aprovados, este

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

financiamento limitava-se à sede de concelho e que apesar dos esforços de fundamentação para ligação do Parque Ribeirinho com o Castelo de Almourol, esta fundamentação não foi aceite e o projecto de Musealização não foi aprovado. De igual modo, informou que está a decorrer uma nova candidatura no âmbito do PROVER, que envolve investimentos privados e públicos, no qual a Câmara está envolvida desde o início com a candidatura Castelos do Tejo, Rede Sustentável de Património e Ambiente do Tejo cujo promotor principal é a Nersant com 80% do investimento. Nos 20% do investimento público nesta candidatura, a Câmara da Barquinha tem uma componente em torno do Castelo de Almourol que se for aprovada providenciará o financiamento. Mencionou que o Valtejo já não existe e que o problema de financiamento pode ser resolvido quer através de outros concursos quer no âmbito do PROVER. Quanto aos conteúdos mencionou que a Câmara já teve diversas reuniões com o IGESPAR, nomeadamente com Direcção Regional de Cultura que designou a arquitecta Teresa Furtado, conhecedora do Castelo Almourol, para acompanhar a Câmara e a Escola Prática de Engenharia no projecto de Musealização, que passará também pela recuperação do Convento do Loreto. Mencionou que o Castelo é pequeno, assim como a Torre de Menagem, pelo que o que vier a fazer-se é minimalista, e que o grosso da interpretação do Castelo irá para o Convento do Loreto; -----

O Senhor Presidente da Assembleia propôs que o Ponto 2, 3 e 4 fosse discutido em conjunto pelo facto de fazerem referência ao Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha procedendo-se contudo com votações em separado. Foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto Dois – Pedido de autorização para alienação do Capital Social do “CDN – Gestão e promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, S.A., E.M.”. -----

Ponto Três – Pedido de autorização para subscrição do Capital Social do “CDN – Gestão e promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, S.A., E.M.”. -----

Ponto Quatro – Pedido de autorização para alteração do Contrato Programa celebrado com a Empresa Municipal “CDN – Gestão e promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, S.A., E.M.”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= O Senhor **Presidente da Câmara** tomou da palavra para apresentar aos Senhores Deputados este ponto: -----

Referiu que 2007 foi aprovado através da Lei 53-F/2006 a Empresa Municipal designada por Centro de Negócios e que qualquer alteração ao seu Capital Social seja autorizada pela Assembleia Municipal. Informou que tendo em conta o momento de crise que a convicção de que a forma de gestão adoptada foi a melhor mas que por informação do Revisor Oficial de Contas está constituída de forma irregular pelo facto de a Câmara apresentar um Capital Social em função das alienações de lotes que tinham sido e feitos do qual havia um conjunto de empresas que faziam parte desta empresa. Informou que a empresa Batista, Homem & leite fazendo parte do capital Social nunca chegou a concretizar o seu investimento assim como o Capital Social. Mencionou que a Câmara achou por bem passados dois anos que a situação não deveria continuar e que sendo assim a Câmara propõe o aumento da participação no Capital Social e aumentando a percentagem da Câmara. -----

Quanto à alienação informou que há duas empresas que estão em fase de construção ou em fase de licenciamento que são detentoras de lotes no Parque Empresarial e propõem-se que sejam accionista da sociedade. São elas o Lote 34 da Empresa Ana Cristina da Cunha e o lote 47 onde há a hipótese de pertencer ao Besleasing Factoring instituição financeira de crédito que está a tratar do Crédito ou à própria empresa Transportadora Turquelense. Mencionou que no fim de estar tudo alienado a Câmara ficará com um Capital Social de 51% e as empresas 49% que participarão na própria gestão espaço. Relativamente a alteração do Contrato Programa tem a ver com o relacionamento entre a Câmara e a Sociedade Gestora, ou seja activar um Contrato que nunca foi posto em prática. Este contrato estabelece que pela prestação de serviços que a Sociedade presta que houvesse uma contra prestação do Município de 5 euros /m² de área vendida. A proposta da Câmara é alterar, ou seja, todo o trabalho que a sociedade realize a Câmara obriga-se a um pagamento até 5 euros / m² de área vendida do qual será o critério necessário para equilíbrio das contas. Informou que se o contrato programa tivesse sido activado a Câmara Municipal tinha transferido para a Sociedade Gestora um valor de cerca de 187 mil euros. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida foi dada a palavra aos Senhores Deputados para expor o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** questionou os seguintes assuntos:

- Se a Câmara não era já detentora de 51% do capital social pois segundo a fundamentação do ponto 2, 3º paragrafo "... o modelo de gestão de negócios preconizado para o centro de Negócios prevê que a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha fique detentora de apenas 51% do capital social da empresa...", contradiz que a Câmara não era detentora desta percentagem; ---
- Se o facto da empresa Batista, Homem & leite ter sido o accionista maioritário se representa alguma coisa para deixar de ser accionista; -----
- Quem faz parte da sociedade gestora, em que condições funciona, com quem funciona e como é feita a gestão e exploração; -----
- Atendendo ao esforço que a Câmara faz se o Centro de Negócios tivesse uma administração directa da Câmara sem terceiros poderia estar melhor ou não; -

Tomando novamente a palavra o Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que em relação ao Capital Social a Câmara começou com 87,49%, os restantes 12,5% pelos privados. Em relação ao 51% explicou que a proporção dos lotes prevê que quando estiverem todos os lotes alienados e se todos os empresários adquirirem o capital social que é proporcional à dimensão do lote a câmara terá 51%. No caso de haver algum empresário que adquira um lote mas que não queira fazer parte do capital social a Câmara terá mais do que 51%. O facto da Câmara ser maioritária foi uma opção, foi um modelo de gestão optado. Mencionou que a Sociedade Centro de Negócios é gerida com o mínimo possível, tem os contratos de manutenção dos serviços, espaços verdes, segurança, assim como as aquisições que têm sido feitas. Informou que não há mapa de pessoal, apenas existe uma pessoa em regime de avença, que faz a gestão e promoção. Referiu que a vantagem de uma administração directa sem terceiros são todas as zonas industriais que existem à volta em que a Câmara tem a administração, por outro lado, sendo Centro de Negócios há um melhor contexto em termos de investimento. Irá ser construído um edifício que terá vários serviços, com café, entidade bancária, salas de formação, auditório, em que os próprios empresários participam financeiramente na manutenção dos espaços,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pagando 0,07 euros por m². Referiu que o sistema de segurança funciona essencialmente por rondas durante a noite, mas quando o número de empresas construídas for maior é natural que haja segurança a tempo inteiro, mas será um assunto discutido entre os empresários e a Câmara Municipal.---

Tomando novamente a palavra o Senhor Deputado João Filipe Ricardo questionar o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** questionou se em relação à cláusula sétima do Contrato Programa não estarão os empresários a investir e a ficar com os lucros e a Câmara suportar os custos; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para referir que as grandes empresas saíram de Centro de Negócios como o de Vila Nova da Barquinha e são importantes especialmente se estiverem ligadas as universidades e com os politécnicos existentes à volta do concelho era uma mais valia; -----

Tomando novamente a palavra o Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhor Deputado do Seguinte: -----

= O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que o projecto de execução do Centro de Negócios está concluído, o concurso não foi lançado porque é necessário haver um número mínimo de empresas para que seja rentável. Se o Concurso for lançado durante o ano de 2009 é algo que estará em funcionamento em 2011 e começa a ser a altura para lançar a obra. Quanto à cláusula sétima referiu que o que é regra é acção comercial directa não se exclui de haver a hipótese de a sociedade pagar as comissões para que o investimento de venha a sediar. Informou que a Câmara tem sempre a decisão e saber qual é o investimento; -----

----- Tendo sido colocada à votação (Ponto 2) o pedido de autorização para alienação do Capital Social do CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, S.A., E.M., este foi aprovado por maioria com 3 abstenções dos Senhores Deputados Municipais Maria Paula Valente, António Ferreira e Valter Caldeira do PSD e 15 votos a favor dos Deputados Municipais Rui Monteiro Picciochi, Ana Rita Inácio, Adriano Milho Cordeiro, José Maria Chambel, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Paulo Passos, João Gralha, Cleide Santos, Aníbal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rodrigues, Júlio Barata, Fernando Aparício e Manuel Cardoso do PS, Carlos Timóteo e João Filipe Ricardo da CDU. -----

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

----- Tendo sido colocada à votação (Ponto 3) o pedido de autorização para subscrição do Capital Social do CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, S.A., E.M., este foi aprovado por maioria com 3 abstenções dos Senhores Deputados Municipais Maria Paula Valente, António Ferreira e Valter Caldeira do PSD e 15 votos a favor dos Deputados Municipais Rui Monteiro Picciochi, Ana Rita Inácio, Adriano Milho Cordeiro, José Maria Chambel, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Paulo Passos, João Gralha, Cleide Santos, Aníbal Rodrigues, Júlio Barata, Fernando Aparício e Manuel Cardoso do PS, Carlos Timóteo e João Filipe Ricardo da CDU. -----

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

----- Tendo sido colocada à votação (Ponto 4) o pedido de autorização para alteração do Contrato Programa celebrado com a Empresa Municipal CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, S.A., E.M., este foi aprovado por maioria com 3 abstenções dos Senhores Deputados Municipais Maria Paula Valente, António Ferreira e Valter Caldeira do PSD e 15 votos a favor dos Deputados Municipais Rui Monteiro Picciochi, Ana Rita Inácio, Adriano Milho Cordeiro, José Maria Chambel, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Paulo Passos, João Gralha, Cleide Santos, Aníbal Rodrigues, Júlio Barata, Fernando Aparício e Manuel Cardoso do PS, Carlos Timóteo e João Filipe Ricardo da CDU. -----

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

----- Ponto Cinco – Pedido de autorização para integração na Agência Regional de Energia e aprovação dos respectivos estatutos. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para informar os Senhores Deputados acerca deste ponto. -----

Informou que a discussão sobre a existência de uma Agência Regional de Energia surgiu na Comunidade Urbana do Médio Tejo tal como tem surgido ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

longo do país. Mencionou que com a criação da Agência vai existir vai uma especificidade muito própria, prevê prestar serviços a privados, está previsto que entrem um conjunto de empresas na área de energia, tais como: a TejoEnergia, Caima Energia, Telecom entre outras. Referiu que há muito a fazer no âmbito da Agência Regional de Energia, as temáticas da eficiência energética, as energias renováveis, as validações legais para os edifícios públicos. Mencionou que se estão a integrar todos os Municípios do Médio Tejo, havendo já várias deliberações. Informou que o que está previsto é uma jóia de 1625 euros e uma quota anual de 1.200 euros. Por último referiu que número de associados ronda os 24 no total; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** questionou se há alguma razão para não ter sido integrada da Associação dos Municípios; -----

= O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que não foi ponderada a existência desta Agência na Comunidade porque esta é exclusivamente para Autarquias e esta Instituição envolver em regra empresas privadas.

De seguida foi dada a palavra aos Senhores Deputados para expor o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** enunciou alguns dos artigos sobre os quais colocou algumas questões, tais como: no artigo 2º poderia constar a intenção de reduzir os custos principalmente para os custos domésticos; no artigo 11º como é feita a composição; no artigo 19º, ponto 3, "...os membros do Conselho de Administração poderão ser remunerados nos termos em que for deliberado em Assembleia Geral...", se a Lei não define limites; no artigo 21º, linha J) relativamente aos empréstimos se o Conselho de Administração delibera sem autorização de mais algum órgão da Associação; no artigo 24º, ponto 2 e ponto 4 o que se pretende com um conselho científico. -----

Questionou que tendo em conta que vai haver eleições autárquicas porque não avançar com este ponto para depois das eleições; -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** referiu que partilha da mesma opinião que o Senhor Presidente da Assembleia, que é um organismo devia transcender a área geográfica do Médio Tejo e que deveria inserir numa lógica regional, e que deveria integrar uma universidade, pois a integração é fundamental neste tipo de coisas; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** referiu que a Agência como está apresentada deixa algumas dúvidas e questionou por quem vai ser certificada para exercer estas funções e que já está muita coisa definida que não consta nos estatutos; -----

Foi dada novamente a palavra ao Senhor Presidente que esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que não se pode analisar ponto a ponto, mas sim o que consta a integração na Agência Regional de Energia. Referiu que há a necessidade e a importância da existência de uma Agência que congregue os Municípios e as entidades privadas que pelo seu consumo ou pela relação que tem com a energia. Mencionou que a Agência de Energia é o maior filão de poupança de recursos que o país tem a sua disposição. É essencialmente um trabalho técnico e que alguns dos Municípios já estão integrados em outras agências. Enunciou que se trata de uma instituição de direito privado daí que o procedimento relativamente aos empréstimos tenha a mesma tipologia que as autarquias. Mencionou que depois de criada tem a capacidade de certificar, tal como a ADENE, e que o principal recurso que Portugal dispõe é o da eficiência e da poupança de energia; -----

= O Senhor Presidente da Assembleia tomou da palavra para expor o seguinte: -----

- Que o pedido à Câmara é a aprovação dos estatutos no qual tem muitas dúvidas, pois há situações que chocam umas com as outras, tais como os poderes. Referiu que o que solicita não é o Município associar à Associação mas sim a aprovação dos estatutos. Estes deveriam ser revistos ponto por ponto. Salientou que está de acordo com a criação de uma associação destas, porque é benéfica só não está de acordo como está a ser criada, e que deveria ser dentro da alçada da Associação de Municípios; -----

Foi dada novamente a palavra os Senhores Deputados que referiram o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que admite que o ponto dois possa estar subjacente, que possa estar salvaguardado os custos, e que deveria nele constar, que e neste momento criam-se associações atrás de associações e que neste momento e que é preciso ter cuidado com a questão dos dinheiros; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foi dada novamente a palavra ao Senhor Presidente que esclareceu o Senhor Deputado do seguinte: -----

= O Senhor **Presidente da Câmara** salientou que o que se está para aprovar é a integração na Agência Regional de Energia que como não existe, a forma de apresentação foi os estatutos. Referiu que bem ou mal o Médio Tejo e o Pinhal Interior Sul estão juntos na contratualização dos fundos comunitários, que até 2015/2016. Uma Agência desta terá mais força se em vez de trabalhar para 5 trabalhar para 15 Municípios / Empresas. Referiu que apesar de haver algumas objecções pensa que vale o risco de estar numa entidade que tem um nobre objectivo. A integração é importante na medida da gestão da iluminação pública, a certificação de edifícios, a utilização das energias renováveis e que a Câmara só vai ser sócio e pagar uma quota anual; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que a votação deveria ser só a aprovação da integração na Associação e não a aprovação dos estatutos, propondo que a votação fosse em separado; -----

-----= O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que não há lógica a Câmara aprovar a integração e não os estatutos, quando as outras câmaras vão aprovar em conjunto.

----- **Tendo sido colocada à votação o pedido de autorização para integração na Agência Regional de Energia e aprovação dos respectivos estatutos, esta foi aprovada por maioria com 10 votos a favor dos Deputados Ana Rita Inácio, José Chambel, Benjamim Reis, Paulo Passos, João Gralha, Cleide Santos, Aníbal Rodrigues, Júlio Barata, Fernando Aparício e Manuel Cardoso do PS, 2 votos contra dos Deputados Carlos Timóteo e João Filipe Ricardo da CDU e 6 abstenções dos Deputados Rui Monteiro Picciochi, Paulo Constantino, Adriano Cordeiro do PS e Valter Caldeira, Maria Paula Valente e António Ferreira do PSD. -----**

-----**Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----**

= O Senhor Deputado Municipal **João Filipe Ricardo** apresentou **Declaração de Voto** da qual consta o seguinte: “que os estatutos não se devem tratar assim, pois são estes que regem o funcionamento de qualquer que seja a associação, e tem grande importância. Informou que não tem nada contra a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

adesão e a este tipo de associação, mas deve-se ter em especial atenção aos estatutos; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** informou que a sua abstenção não se deve ao facto dos estatutos, que não os põem em questão mas sim aos fins nobres que a associação possa ter, quem valida e atribui poderes legais à associação de forma que possa exercer fins para que vai ser constituída. Informou que tem alguma reserva ao facto da Comunidade Urbana não ter condições para exercer, através de protocolos com as entidades em questão; --

----- **Ponto Seis – Pedido de autorização de contracção de empréstimos destinado ao financiamento dos seguintes investimentos: a) Centro de Ciência Viva; b) Centro Escolar de Vila Nova da Barquinha; c) Pré-Primária de Moita do Norte; d) Ex-Estrada Nacional 3; e) Arrelvamento de campo de Futebol da Atalaia; f) Mercado das Artes.** -----

O Senhor **Presidente da Câmara** tomou a palavra para informar os Senhores Deputados acerca deste ponto. -----

Referiu que este conjunto de empréstimos não é nenhuma surpresa pois já tinha tido a oportunidade de comunicar que haveria um conjunto de investimentos que estaria dependente da aprovação de empréstimos. O primeiro pedido de aprovação de empréstimos foi na Assembleia de Dezembro, no qual se deu prioridade aos projectos que não seriam co-financiados pelos fundos comunitários. Salientou que a Câmara tem conseguido, apesar das condições que os Municípios têm tido para o pagamento de dívida corrente, no âmbito do programa de pagamento a tempo e horas que faz com que a despesa corrente se transforme em dívida de médio prazo sem que conte para a incapacidade de endividamento. Apesar das condições que se está a dar aos Municípios para recorrer ao crédito a Câmara Municipal só tem recorrido ao crédito para investimento com fundos comunitários. Os anos 2010/2011 são anos importantes para o investimento só possível se recorrer ao crédito. Mencionou que haverá um período no quadro comunitário de apoio em que não haverá aceso aos fundos comunitários, que seria desejável que os investimentos pudessem distribuir de uma forma mais equitativa ao longo de todo o período, mas cada vez os mais o QREN e os Fundos comunitários são uma oportunidade que se tem de aproveitar. Informou que considera todos importantes em áreas distintas, mas nalguns casos complementares. Referiu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

algumas delas como o Centro Ciência Viva inclui-se no projecto educativo do Centro Escolar de Vila Nova da Barquinha. Informou que inserido nas festas do concelho vai haver uma apresentação do projecto, onde estará presente o Senhor Arquitecto Aires Mateus e uma equipa da Universidade de Aveiro. No âmbito do ensino pré-primário a escola da Moita do Norte não está em condições sem possibilidade de apoio à família. A transformação em arruamento da EN3 referiu que um projecto importante que irá alterar radicalmente a imagem de Vila Nova da Barquinha, a entrada do concelho. No âmbito desportivo o primeiro relvado e a valorização da remodelação dos balneários e zona envolvente ao campo de jogos. Em relação ao Mercado das Artes referiu que é um projecto que não tem resultados no imediato mas que a longo prazo pode ser um projecto que identifique o concelho. Por último informou que em principio os empréstimos reúnem condições para serem excepcionais para a capacidade legal de endividamento e o que tem sido prática do Ministério das Finanças é que tendo a Câmara uma capacidade legal até esgotar essa capacidade não vão ser excepcionados. Referiu que há uma previsão de uma verba de 50% relativamente ao que se está a solicitar autorização, ficando o restante para próximos investimentos que possa vir a ter financiamento dos fundos comunitários, tais como o projecto de saneamento das Limeiras e Madeiras está praticamente concluído ou para outros projectos como Percursos Ribeirinhos e Castelo de Almourol. -----

O Senhor Presidente da Assembleia propôs que a sessão da Assembleia terminasse com o terminús da Ordem de Trabalhos o que foi aprovado por unanimidade. -----

Foi dada a palavra os Senhores Deputados que referiram o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** solicitou esclarecimento acerca da simulação do empréstimo a curto prazo no valor de 200.000€. -----

O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que a obra de infra estruturas envolventes à escola, onde se vão criar alguns lotes e a receita para pagar a referida obra, vai derivar da venda dos lotes que ficam para o município, assim vai haver um deferimento entre o momento da despesa e da receita, há a possibilidade da realização de um empréstimo a curto prazo ou optar por ser autorizado com o Plano de actividades. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** questionou se a simulação surge como forma de cálculo do endividamento líquido; -----

= O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que só acontece na pior das hipóteses, ou sejam com os contratados, o que a câmara está a solicitar e os que haverão por solicitar. -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** referiu que concorda com o pedido de autorização dos empréstimos criticando dois aspectos, primeiro por se concentrar tudo praticamente na sede de concelho, nas freguesias de Atalaia, Moita do Norte e Vila Nova da Barquinha que segundo as palavras do Senhor Presidente é um só pólo, ficando Tancos e Praia do Ribatejo à margem, do qual se poderia fazer uma ligação das margens no Rio Tejo na Freguesia da Praia do Ribatejo, em segundo lugar o Mercado das Artes referiu que é uma boa ideia, mas sem um bom projecto em que os Municípios pudesse compreender o alcance com os objectivos, com toda a estratégia, quem são os parceiros, que recursos humanos vão entrar e o Campo de Jogos da Atalaia referiu que falta uma carta desportiva, com os objectivos e a utilização do espaço. -----

Foi dada novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu o seguinte: -----

- Referiu que a prioridade na Praia do Ribatejo é o saneamento das Madeiras e Limeiras. Quanto à ligação do Rio na Freguesia da Praia do Ribatejo esclareceu que esta é essencialmente feita através dos percursos ribeirinhos, que tem duas fases, uma desde Vila Nova da Barquinha até ao Almourol e outra desde o Almourol até ao Centro Náutico de Constância. Mencionou que Praia do Ribatejo tem o problema que o Arrepiado não tem, ou seja, não tem a linha de caminho de ferro atravessar a freguesia e a dividir a área urbana da ribeirinha. -----

Em relação ao Mercado das Artes explicou que é um dos poucos projectos com algum pormenor e tem esperança que de todos os projectos este seja o que se fale mais daqui a 10 anos. Salientou o facto de várias câmaras concorrerem com projectos e a Câmara Municipal ser uma das seleccionadas e ter sido aprovado e informou que a Câmara está a conseguir parcerias com o que de há melhor, explicando pormenorizadamente o que é pretendido com o mercado das artes, assim como as parcerias feitas com diversas entidades / Fundações. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Tendo sido colocada à votação o pedido de autorização de contracção de empréstimos destinado ao financiamento dos seguintes investimento:

a) Centro de Ciência viva; b) Centro Escolar de Vila Nova da Barquinha; c) Pré-Primária de Moita do Norte; d) Ex-Estrada Nacional 3; e) Arrelvamento do Campo de Futebol da Atalaia; f) Mercado das Artes; esta foi aprovada por maioria com 14 votos a favor dos Deputados Rui Monteiro Picciochi Ana Rita Inácio, José Chambel, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Paulo Passos, João Gralha, Cleide Santos, Adriano Cordeiro, Júlio Barata, Fernando Aparício e Manuel Cardoso do PS, João Filipe Ricardo e Carlos Timóteo da CDU e 4 abstenções dos Deputados Valter Caldeira, Maria Paula Valente e António Ferreira do PSD e Aníbal Rodrigues do PS. -----

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

----- Ponto Seis – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2008; -----

= O Senhor **Presidente da Câmara** tomou a palavra para apresentar aos Senhores Deputados este ponto: -----

Referiu que 2008 foi um ano de pouco investimento, os valores foram descendo e o falso arranque do QREN e dos Fundos Comunitários assim o permitiram. Referiu ainda que nos empréstimos a Câmara utilizou 100% da previsão que era de 120 mil euros que vinha contratado de 2007, do qual foi amortizado o dobro que contribui para a diminuição do passivo a médio longo prazo e a curto prazo. Aumentou-se os acréscimos que se passou a incluir o 13º mês, as férias dos funcionários e no total do passivo diminuiu no valor de 400 mil euros, com saldo final no mesmo valor, valor esse mais alto dos últimos anos. Mencionou que se verificou uma descida dos custos de pessoal. Mencionou que imagina uma prestação de contas de 2012 com um cenário passivo superior ao actual, mas com um património diferente do actual. Em relação à baixa das taxas de juro no ano 2008 a Câmara sentiu a subida ao contrário de 2009 em que se sente a descida, houve um aumento significativo nas taxas e multas no valor de 500 mil euros sendo 200 mil euros o pagamento feito pelo exército relativamente ao encargos com os resíduos sólidos urbanos. Em relação as quotas do Centro de Negócios explicou que foram reduzidas as despesas, acumula o prejuízo de 16 mil euros, mas se o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contrato programa estivesse activado teriam sido transferidos 187,380 euros pela Câmara; -----

Após as inscrições, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Deputados da Assembleia Municipal: -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** leu uma intervenção relativa a este ponto. – **(vide anexo 4)** -----

-Realçou ainda o atraso dos documentos do auditor externo, assim como as simulações do empréstimo e solicitou a confirmação da dívida superior a 390 mil euros registada nas contas da ADSE; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** referiu que este relatório de gestão não é um relatório muito diferente dos anos anteriores. Mencionou que quem ouvir a intervenção da CDU deve pensar que o concelho está mal. Salientou o facto dos escuteiros terem realizado um encontro no Parque Ribeirinho que é um sinal que alguma coisa brilha no concelho, que existem novos equipamentos, novas empresas, e que a despesa corrente é a que já havia, a gestão é boa, ainda há poupança corrente que vai para investimento; -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** mencionou que o dinheiro deste último mandato foi gerido para não ser gasto o que origina a que este ano vá aparecendo algum investimento. Perguntou se o empréstimo não poderia ter sido pedido há mais anos uma vez que as obras a necessitarem de intervenção já não são deste mandato. Em relação aos investimentos informou que já se sabia que eles iriam aparecer agora pois já se falam a mais tempo; -----

--- Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta: -----

- Referiu que a intervenção do Senhor Deputado Carlos Timóteo foi um ataque sem precedentes à receita da Câmara o que quer dizer que nas próximas eleições PS e CDU vão estar no mesmo lado. Mencionou o facto das receitas estarem a aumentar e informou que é preciso ver os impostos directos na sua globalidade visto que, comparativamente com a conta de gerência de 2006, a Câmara recebeu menos 20%. Salientou que apesar de estar a terminar a isenção de prédios adquiridos para habitação própria permanente, a Câmara está com uma receita inferior aquela que recebia há 2 anos atrás. Mencionou que não se pode dizer que há pouca poupança corrente quando outros Municípios nem sequer têm poupança corrente, ressaltando que é inevitável

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que a despesa corrente venha a aumentar visto que cada investimento realizado implica aumento de despesa corrente com o seu funcionamento. ----

-Em relação à ADSE, referiu que existe uma reserva do revisor oficial de contas e que não tem intenção de alterar porque alteraria se fosse a Câmara a intentar uma caução em tribunal para que fosse declarada a prescrição de uma dívida. A Câmara considera a dívida prescrita visto tratarem-se de valores de 1989, 1990 e 1991 que começam a fazer 20 anos. Os 390 mil euros dizem respeito a uma dívida do período de 1989 até 2002/2003. Em relação às estradas referiu que o facto de ter sido agora solicitado empréstimo para o arranjo das mesmas deve-se ao facto do Quadro Comunitário de Apoio ter estado bastante atrasado e que as dúvidas da CDU tinham lógica se estivesse a falar de eleições em Outubro de 2010, visto que o Centro Escolar vai ser uma obra de referência e apenas vai ser visível nessa data. Assim como o Centro de Ciência Viva, a Escola Pré-Primária não deve estar concluída na altura das eleições e a Estrada Nacional 3 só vai dar problemas durante o ano de 2009, face ao facto do trânsito ter que ser limitado. O arrelvamento do campo de Futebol certamente não vai ser visível em 2009 e o Mercado das Artes estará disponível ao público nunca antes de 2010. Informou que a partir do momento em que a Câmara passou a usar o POCAL da Administração Local deixou de fazer sentido distinguir a boa e a má despesa apenas com a qualificação em corrente e investimento, uma vez que a despesa corrente inclui todas as actividades extracurriculares, as piscinas, a manutenção dos espaços verdes. -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo**, em relação à intervenção do Senhor Paulo Constantino, referiu que se consegue mais receita certamente alargando a base contributiva, ter mais gente no concelho e criar condições de atractividade para as pessoas, para as empresas e questionou se há indicadores de mais pessoas no concelho; -----

Tomando a palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** solicitou esclarecimento acerca da reserva do ROC sobre os bens imóveis que se arrasta há vários anos e que já deveria estar resolvida; -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra e esclareceu do seguinte: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Salientou que o parecer dos auditores externos refere quanto à Câmara, a ADSE e a contabilidade patrimonial. Referiu que reconhece uma evolução relativamente ao ano passado ao nível da conciliação entre os registos do património e os registos contabilísticos, e que a reserva apenas não é completamente afastada dado que existe um conjunto de património que não está avaliado, património esse que faz parte do domínio publico; -----

----- Tendo sido colocada à votação a apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2008, esta foi aprovada por maioria com 13 votos a favor dos Senhores Deputados Rui Picciochi, Ana Rita Lopes Inácio, Adriano Cordeiro, José Chambel, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Paulo Passos, João Gralha, Cleide Santos, Aníbal Rodrigues, Júlio Barata, Fernando Aparício e Manuel Cardoso do PS e 5 abstenções dos Senhores Deputados Valter Caldeira, António Ferreira, Maria Paula Valente do PSD e Carlos Timóteo e João Filipe Ricardo da CDU; -----

---- Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos pelo Sr. Presidente deu como terminada a sessão.

----- O Presidente da Assembleia Municipal

----- O Primeiro Secretário

----- O Segundo Secretário

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lista de Anexos

Anexo nº1 Lista de Expediente.

Anexo nº2 Texto sobre o 25 de Abril lido pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo da CDU.

\Anexo nº3 Informação Escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara.

Anexo nº4 Intervenção do Senhor Deputado Carlos Timóteo sobre o Ponto 7 da Ordem de Trabalhos – Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2008.